

ENCONTRO DE DEBATES SETORIAIS

Data: 25.06.89 - 8h30min

Local: Faculdade de Economia da UFRGS

Av. João Pessoa, 52

1- OBJETIVOS

Considerando preliminarmente o perfil e o caráter de governo já definidos em Convenção Municipal, bem como a própria realidade da Prefeitura, propor orientações gerais e pontos programáticos setoriais atualizados para a AP/PA.

2- AS COMISSÕES TEMÁTICAS

O Encontro realizar-se-á através das seguintes Comissões Temáticas (CTs):

CT1 - Planejamento, Finanças, Orçamentação e Informática;

CT2 - Política de Pessoal, Reforma Administrativa e Assessoria Jurídica;

CT3 - Transportes e Viação;

CT4 - Comunicação (Imprensa, Relações Públicas e Relações com a comunidade);

CT5 - Saúde, Assistência Social e Recreação;

CT6 - Educação, Cultura e Turismo;

CT7 - Habitação, Iluminação e Obras;

CT8 - Água, Saneamento Básico e Meio-Ambiente;

CT9 - Indústria, Comércio, Abastecimento e Meio-Ambiente.

3- PROGRAMAÇÃO

8h30min - Abertura e Constituição das CTs

9 horas - Eleição do Coordenador e de dois Relatores em cada CT;

9h15min - Apresentação do texto básico;

10 horas - Apresentação das propostas zonais e de núcleos;

10h45min - Relato da situação das Secretarias e Órgãos Municipais envolvidos;

12 horas - Intervalo

13h30min - Debate e Apreciação de Emendas ao texto básico (aditivas, supressivas e substitutivas)



PARTIDO DOS TRABALHADORES

Av. João Pessoa, 1.415 - 90.040 - Porto Alegre - RS - F.: (0512) 21.5533
Sede Estadual

Atualização do Programa da P.T.

I - INTRODUÇÃO

01. O presente documento tem a finalidade de dar continuidade ao debate interno ao partido sobre os rumos da administração popular. Entendemos que seja continuidade porque este debate não se inicia agora e tão pouco iniciou-se a partir do momento em que a frente popular sagrou-se vitoriosa nas eleições de novembro de 88 em Porto Alegre; muito menos a partir da nossa posse no governo do município. Pelo contrário, este é um debate que de certa forma tem a sua origem na própria criação do PT; que desenvolveu-se ao longo destes últimos anos e que se aprofundou no processo eleitoral do ano passado; experimentou uma sistematicidade maior a partir da nossa chegada ao governo municipal; otimizou-se com os nossos primeiros quatro meses de administração e que está a exigir de nós uma síntese. Síntese esta, portanto, que estará informada por todo este acúmulo adquirido ao longo deste processo. Desta forma, a nossa intenção ao apresentar ao conjunto do partido este documento outra não é de envolver o conjunto de nossa militância na tarefa de buscar as respostas às questões que se tem nos colocado no curso da luta política envolvendo a administração popular.

É necessário que respondamos, em primeiro lugar, as seguintes questões: o que sintetiza aquilo que chamamos de administração popular e de que maneira esta conceituação (administração popular) está articulada ou pode ser articulada com os nossos objetivos estratégicos de luta pelo socialismo, razão fundamental da nossa existência política e orgânica? Os rumos que a nossa administração tomou nesses primeiros quatro meses de fato têm seguido este sentido estratégico? Como enfrentar as dificuldades que a máquina administrativa nos impõe enquanto realidade específica na busca do cumprimento deste propósito, ou seja, colocá-la a serviço da consecução de nossos objetivos estratégicos? O que é de fato um programa de governo, qual o seu nível de articulação entre os princípios estratégicos do nosso partido, de luta pelo socialismo, e a realização da administração enquanto tal, com sua realidade própria articulada aos interesses totalizantes da sociedade a qual se insere?

02. São todas perguntas que estão a nos exigir respostas coletivamente elaboradas, capazes de nos armar no sentido de uma atividade não fragmentada, potencializando a nossa ação no movimento político. É necessário, pois, o envolvimento dedicado e decidido de todos os militantes do partido, de dentro e de fora da administração, para que cheguemos aos melhores resultados ao final deste processo, inclusive para fazer frente à contra-ofensiva da burguesia, através da prática do terror e da desmoralização do movimento e da luta dos trabalhadores (campanha contra as greves, por exemplo). Assim estaremos potencializando a candidatura Lula, reforçando a alternativa de sair da crise, disputando com a burguesia a direção política da sociedade a partir de um projeto da classe trabalhadora.

03. E as F.P. ajudarão a credenciar o PT como capaz de assumir as responsabilidades pelos destinos do país. Eis porque é fundamental - até na disputa da sucessão presidencial - viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas.

04. Embora o país atravesse uma grave crise e as prefeituras se encontrem em estado pré-falimentar, a ansiedade da população e as esperanças despertadas pela vitória do PT exigem iniciativas políticas e administrativas que materializem o cumprimento dos compromissos assumidos pelo partido durante a campanha.

05. Os cinco meses de governo nos fizeram perceber profundas dificuldades. Os limites estruturais e conjunturais das Prefeituras são muito grandes. E o partido não deve subordinar sua intervenção política aos limites econômicos ou institucionais de qualquer administração. Esses limites devem ser alvos permanentes de nossa luta política, que objetiva a construção de uma nova sociedade. O papel do partido é pressionar a administração para que esta responda aos problemas que a população reclama.

06. Mais, o partido deve organizar - pela intervenção unitária nos movimentos sociais e pela ofensiva na construção dos conselhos populares - o ímpeto e a energia da população, captando suas necessidades e se apresentar como mediador para ela se relacionar com a administração. Quando se apresentar a situação. O partido deve redirecionar a mobilização no rumo das soluções, questionando os governos Estadual e Federal, orientando neste sentido a ação das administrações.

07. Do ponto de vista político, cabe às A.P. criarem condições para que a população entenda a capacidade e os limites da Prefeitura e do Estado, despertando-lhe a consciência para a necessidade de um novo Estado de uma nova ordem.
08. Com o objetivo de atualizar e aprofundar o programa da A.P. e intensificar a mobilização partidária, capacitando o PT a ser o sujeito principal de direção da administração o DM definiu um calendário de atividades e reuniões, que segue:
- | | |
|--------------------------------------|--|
| 06/06 - Plenária do PT Metropolitano | 25/06 - Seminário para debates setoriais |
| 10 e 11/06 - Plenárias Zonais | 01/07 - Seminário para definição do documento básico do programa da A.P. |
| 06/06 a 08/07 - Reuniões de núcleos | 08/07 - Reunião do DM |
09. Compreender o que significa a A.P. é a base para formular e desdobrar corretamente a política. E o sucesso da nossa intervenção partidária está estreitamente ligado à política levada pelas Administrações petistas. Nesse sentido, a A.P. em Porto Alegre é uma questão prioritária e diz respeito ao conjunto do Partido.

II - DIRETRIZES E BASES DO PROGRAMA DA A.P.

10. A consolidação do PT é um processo condicionado, de um lado, pela capacidade de administrar satisfatoriamente as prefeituras sob sua responsabilidade para o atendimento dos interesses da maioria da população e, de outro, pela sua condução da luta política geral, sua capacidade de apresentar uma alternativa credível às massas para a crise que atravessa o país.
11. Nesse sentido nosso grande desafio é transformar um aparelho político administrativo que foi eleito para reproduzir a nível local a dominação sobre os trabalhadores, em um instrumento a mais de luta dos trabalhadores por seus interesses imediatos e de longo prazo. Ou seja, governamos dentro do capitalismo, mas fazendo com que a Administração Municipal Petista seja um elemento importante no acúmulo de forças dos trabalhadores no rumo da superação do capitalismo.
12. E os objetivos da A.P. decorrentes dessa compreensão estratégica são:
- a) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao nível do município;
 - b) a denúncia constante das limitações da administração local, apontando-se sempre que os problemas de fundo do povo brasileiro só serão resolvidos se acabarmos com o capitalismo e os trabalhadores forem poder nesse país;
 - c) a abertura de espaços e canais ao nível de administração para que os trabalhadores avancem em sua organização e participem de forma crescente e direta, ao nível do município, das decisões sobre tudo aquilo que lhes diz respeito;
 - d) o apoio da administração municipal às lutas dos trabalhadores contra os governos estadual, federal e contra o capitalismo.
13. Esse projeto, estratégico na construção de um campo de unidade dos explorados e oprimidos, representa uma inversão radical da lógica de captação e aplicação dos recursos públicos e necessariamente acirrará os enfrentamentos de classe. Por isso a nossa preocupação deve ser em desenvolver políticas de alianças de setores do campo popular a serem beneficiados com os recursos de que dispõe uma prefeitura.
14. Eleitos com 34% dos votos dos porto-alegrenses, temos uma prioridade clara na ação político-administrativa da prefeitura que é consolidar esta ampliação social petista, que tem relação principalmente com os movimentos sociais, os setores organizados que atingimos e os setores democráticos em geral.
15. Em segundo lugar, a conquista da prefeitura abriu-nos o acesso a uma série de setores que têm suas atividades diretamente regulamentadas pela administração. É necessário implementar uma política coerente que, dentro dos recursos que dispomos, priorizem estes setores. Temos que ter definições claras do grau de adesão que buscaremos de cada um deles: funcionários municipais, taxistas, pequenos comerciantes e proprietários de lojas, ambulantes, feirantes, etc. o que nos permitirá a construção de um bloco mais amplo que até agora.
16. É urgente envidar todos os esforços para resgatar a capacidade do poder público de prestar serviços de boa qualidade para a população (iluminação, saúde, transporte, educação, etc.), interrompendo a dinâmica de desmoralização e sucateamento do serviço público em detrimento de um processo intenso de privatização do mesmo.

17. A mobilização social é básica para a ação político-administrativa de nossas prefeituras.
18. Uma grande debilidade de ação do PT está sendo sua dificuldade de utilizar as administrações como ponto de apoio sem substituir seja o partido, seja o movimento - da mobilização popular. E na medida em que o nível de atividade autônoma das mesmas é limitado, a pressão no sentido da democratização e da participação popular na prefeitura torna-se menor e acaba sendo secundarizada, frente a um método de atuação mais "técnico-administrativa".
19. Ainda prevalecem, sem que sejam duramente combatidas pelos nossos quadros, visões tecnicistas, corporativismo de categorias profissionais, monopólio de informações por órgãos e segmentos da administração, todo o conjunto de método de gestão burgueses. Isso ajuda a compreender porque a militância petista que entrou na administração encontra-se afogada na burocracia de uma máquina cuja dinâmica ainda responde a interesses opostos aos nossos.
20. Sem a mobilização popular e a alteração da concepção da prática de "administração pública" vigente nas prefeituras petistas não podemos ter uma democratização real desta esfera do Estado que dirigimos, iniciando a superação da alienação que marca a relação entre a população e a "coisa pública".

III - DIAGNÓSTICO

21. Para bem caracterizar o poder da prefeitura temos que ter claro que a conquista da administração municipal por partidos de esquerda não significa que os trabalhadores tenham conquistado o poder de seu município.
22. O poder num município é algo muito mais amplo que as possibilidades de atuação da prefeitura. Está relacionado também com o controle dos meios essenciais de produção, com o aparelho do Estado como um todo e dos meios de comunicação de massas, elementos todos sob controle direto da burguesia.
23. O poder econômico e a força das elites locais, com sua capacidade de coesão da sociedade, continuam existindo, embora tenham perdido o controle do Executivo Municipal. As Câmaras municipais, em sua maioria, continuam a serviço das classes dominantes e não raro constituem acirrada oposição às A.P..
24. O poder judiciário, mesmo considerando o caso dos transportes em Porto Alegre, quando diante de situação conflituosa entre interesses defendidos pelas A.P. e os históricos interesses das classes dominantes, via de regra, mantém a sua postura conservadora, não contribuindo para transformações profundas.
25. Some-se a isso todo o processo de formação das cidades dentro do desenvolvimento do capitalismo do Brasil, associado ao capital internacional e tutelado pela ditadura militar, caracterizado pela extrema concentração econômica e política de um lado e grande miséria e marginalização da maioria da população.
26. O resultado não poderia ser diferente: Cidades com grande parcela da população marginalizada, carente dos recursos mais essenciais que o poder público deveria prestar, não conseguindo a nível municipal. Cidade com seu ambiente natural agredido, com insegurança e violência crescentes, sem falar da especulação fundiária e imobiliária, tradicionalmente favorecida pelo poder público.
27. A Nova República e, com ela, a nova Constituição apesar do grito nacional por maior autonomia e soberania dos municípios, em praticamente nada muda o quadro financeiro deficitário da Prefeitura. A rigor mais e novas obrigações para os municípios sem o correspondente acréscimo de receita (saúde, por exemplo).
28. Mas, e o que em geral não se menciona é que o desequilíbrio entre a receita e a despesa se deve sobretudo à queda da arrecadação fiscal cujo poder de compra tem sido fortemente corroído pela inflação. Genericamente as classes possuidoras em todo o país, estão pagando muito menos impostos do que faziam no passado sobretudo por causa da estagnação e recessão econômica, enquanto que as administrações públicas têm que pagar montantes crescentes a títulos de juros sobre dívidas resultantes da acumulação de déficits passados.

29. Está, pois, claro que a crise do setor público, que tem na raiz uma crise social muito mais ampla, não poderá ser resolvida no âmbito municipal. É impossível pensar no replanejamento da estrutura de serviços das metrópoles para responder às demandas sociais dos trabalhadores, isto é, pensar em políticas alternativas globais e viáveis, que sejam mais do que reformas parciais e limitadas, sem também pensar em solucionar a dependência dos governos estadual e federal, bem como sem enfrentamento aberto com a dominação da classe burguesa.

30. No caso de Porto Alegre, o governo Collares nos legou uma Prefeitura em estado de quase insolvência. O parque de máquinas e as estruturas das Secretarias e Departamentos extremamente sucateados. Fazendo cortesia com chapéu alheio, fez aprovar, em final de governo, um plano de cargos e salários, cheio de distorções, que, ao mesmo tempo que reajustava em 200% na média os salários, tornava-o impagável a médio prazo. Desta maneira armava uma situação para criar a incompatibilidade entre a A.P. e o funcionalismo e deixava a A.P. de mãos amarradas, até para o atendimento mínimo das demandas da população.

IV - FINANÇAS

31. Do ponto de vista real a receita municipal não pôde crescer significativamente a curto prazo porque:

- a) não se pode instituir um imposto ou modificar alíquotas e cobrá-las no mesmo ano;
- b) não sabemos ou não podemos aproveitar os impostos municipais em 1989, no sentido de aumentar a receita (dentro da nossa perspectiva de classe de fazer pagar os grandes capitalistas);
- c) medidas que evitem a sonegação tem alcance limitado do ponto de vista financeiro.

32. Por outro lado a despesa cresceu porque:

- a) a folha aumentou imensamente em termos reais, isto é, muito mais que a inflação devido a postura demagógica de Collares de, após arrochar os salários durante toda sua gestão, estabeleceu índices de reajustes superiores à capacidade de pagar da Prefeitura, para serem pagos durante a gestão da A.P. Além do que os salários estão cristalizados num plano de carreira que consagra privilégios e injustiças.
- b) foram contraídas dívidas para executar obras faraônicas (Avenida Beira, Estádio, etc.) que junto com o déficit crescente agravam esta situação.

33. Na medida que o déficit se acentua, podendo chegar a 50% da receita em 89, vai se atingindo o limite da capacidade de endividamento estipulada por normas legais, que é mensalmente 25% da receita.

Este quadro trará como consequência:

- a) atraso na folha de pagamento;
- b) não pagamento de fornecedores e prestadores de serviços, com o agravamento da já precária situação em que se encontram os serviços de saúde, educação, limpeza pública e conservação das redes (ruas, esgoto, iluminação, etc.).

34. No curto prazo, ou se aceita o quadro acima ou se encaminha uma discussão junto aos funcionários e representantes da população de correção desta situação que passa necessariamente por uma redução da folha, seja alterando o plano de carreira ou comprimindo os salários seletivamente (resguardando de tal compressão os salários mais baixos) e executando uma reforma administrativa que implique na absorção de alguns organismos por outros de natureza semelhante (ex.: Secretaria de Cultura absorver a EPATUR).

35. Outra forma de geração de recursos seria a venda de patrimônio, como terrenos, etc., desde que não comprometa a qualidade de vida da cidade, a revisão das locações de imóveis municipais.

36. Por outro lado segundo avaliações aproximativas com um milhão de cruzados mensais poderíamos cumprir minimamente as funções de conservação da Cidade e dos serviços, isto é, seis milhões de cruzados se contarmos a partir de julho de 89 o que equivale a cerca de 4% da receita prevista para este ano.

37. A médio prazo, isto é, a partir do próximo ano várias iniciativas poderão ser tomadas no sentido de aumentar a receita, como por exemplo:

- a) aumento da receita tributária via aumento do IPTU para os grandes proprietários urbanos, progressividade no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, Contribuição de melhoria, etc.

b) obtenção de recursos externos através de projetos que beneficiem a população de baixa renda.

38. No entanto este acréscimo de receita dadas as limitações legais atuais, é limitado e não exime a necessidade de comprimir despesas, pois aos gastos do próximo ano serão acrescentados os encargos das dívidas de curto prazo assumidas em 89 para cobrir o déficit. Além do que no próximo ano teremos que dispor de mais recursos para investir em benefício da população trabalhadora.

39. A resolução do problema financeiro passa obrigatoriamente pela definição a curto e longo prazo pela população organizada sobre as medidas a tomar, e neste quadro a militância petista deve atuar no sentido de levar as propostas partidárias.

V - PLANO DE METAS E MEDIDAS DE IMPACTO

40. O voto de confiança que recebemos tende a se desgastar se não conseguirmos transmitir, através de nossa atuação político-administrativa à frente da Prefeitura, uma imagem que seja radicalmente diferente dos governos anteriores.

41. Contra a nossa vontade, talvez num momento de ainda pouca experiência acumulada, em terreno desconhecido, sem o domínio de uma máquina montada para atender interesses opostos aos que defendemos, fomos forçados a intervir nas empresas de ônibus, diante da ameaça de locaute dos empresários. Medida apoiada pela grande maioria da população, de repercussão nacional e que fortaleceu a imagem de um governo com outro tipo de compromissos.

42. Apropriar-nos profundamente dessa experiência e definir mais algumas iniciativas centrais, ligadas a questões para nós decisivas, em torno das quais vão de articular os enfrentamentos políticos fundamentais que travaremos é um dos objetivos desse processo de atualização do programa democrático-popular da A.P..

43. Elencaremos uma série de iniciativas, com o intuito de provocar um processo de elaboração coletiva e criativa do Partido, que, junto com a austeridade e honestidade administrativa, marcarão nossa gestão.

a) **Política de Pessoal:**

- . discussão e implementação de uma gestão participativa, incluindo, a eleição de chefias;
- . incentivo a sua organização político-sindical;
- . debate e aperfeiçoamento para o novo jeito de fazer política e sua nova relação com a população;
- . absoluta transparência administrativa e democratização de informações;
- . qualificação profissional;
- . novo plano de carreira justo e motivador;
- . definição de uma política salarial compatível com a realidade da Prefeitura.

b) **Reforma Administrativa:**

- . avançar na definição de políticas unitárias com ações integradas para toda a Prefeitura;
- . equacionar o problema da centralização política e descentralização administrativa, fundindo ou remodelando os órgãos ou estruturas (FESC, DEP...);
- . coordenar as atividades das Secretarias com vistas a sua racionalização e eficiência.

c) **Participação Popular:**

- . organização dos Conselhos Municipais, sobre tudo em áreas importantes: Transporte, Educação, Saúde, Habitação;
- . rompimento com relação particularista, paternalista e clientelista, e construção de uma nova relação, priorizando os movimentos organizados como interlocutores privilegiados;
- . discussão das políticas centrais com o movimento popular, avançando numa gestão participativa;
- . aprofundar experiências de participação e controle popular na co-gestão de postos, escolas, centros comunitários.
- . discussão e elaboração do orçamento municipal-90, na perspectiva da superação do corporativismo regional;
- . discussão e organização dos Conselhos Populares.

d) **Comunicação Social:**

- . iniciativas na tentativa de furar o bloqueio da imprensa burguesa - criação de formas alternativas: volantes, cartilhas, vídeos, telões e rádios de bairros.

e) **Iluminação Pública:**

- . com a implantação de taxas debatidas com a população.

f) Melhoria das vias públicas, do recolhimento do lixo e seu tratamento.

g) **Habitação:**

- . regularização das áreas do município imediatamente;
- . organização do processo do usucapião coletivo;
- . SOS Porto Alegre que sejam resgate da cidadania da população.

h) **Transporte Coletivo:**

- . criação do novo CMTU;
- . a partir das empresas sob intervenção e da CARRIS, desenvolver experiências de conselhos por empresa.
- . elaboração de projetos de iniciativa popular ou plebiscitos sobre: Fundo Municipal de recomposição emergencial da frota, caixa único, vale novo sistema, as en campanhas...

i) **Abastecimento:**

- . feiras populares;
- . hortas comunitárias;
- . venda direta entre produtor e consumidor.

VI - PROGRAMA DE URGÊNCIA

01. Início de uma reforma radical no centro da cidade com valorização do espaço público, em belezamento, iluminação e alocação de lugares de convívio, cumulada com medidas de se gurança que já estão sendo implementadas.
02. Ofensiva global na iluminação pública da Cidade, não só no que se refere à manutenção, como também sua ampliação.
03. Retomada da sinalização em toda a Cidade, quer em relação a faixas de segurança, quer em relação a informações sobre o trânsito.
04. Qualificação da limpeza pública.
05. Melhorias urgentes do serviço de manutenção da malha viária urbana, com equipes ágeis incidentes sobre locais críticos.
06. Pequenas obras de manutenção do esgoto pluvial.
07. Investimentos imediatos no Pronto Socorro e nas Creches do Município.

ENCONTRO DE DEBATES SETORIAIS PARA ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR - 25 de junho de 1989

PAUTA

- 8 h 30 min - Abertura - Apresentação do Texto Básico
9 h 30 min. - Grupos de Comissões Temáticas;
 1 - Instalação; Eleição do Coordenador e 2 relatores
 2 - Relato da situação das Secretarias e órgãos Municipais
 3 - Apresentação de propostas das zonais e núcleos
12 horas - Intervalo para almoço
13 h 30min. - Grupos; Debate e Apreciação de emendas ao texto básico

COMISSÕES TEMÁTICAS

- 34-CT1 - Planejamento, Finanças, Orçamento e Informática
22 [CT2 - Política de pessoal, Reforma Administrativa e Assessoria Jurídica
 CT3 - Transportes e Viação
25 [CT4 - Comunicação (Imprensa e Relações Públicas)
 CT5 - Saúde, Assistência Social e Recreação
26 [CT6 - Educação, Cultura e Turismo
 CT7 - Habitação, Iluminação, Obras, Água, Saneamento Básico e Meio-Ambiente
29 - CT8 - Participação Popular
2019 - CT9 - Indústria, Comércio, Abastecimento e Meio-Ambiente